

RECURSO ESPECIAL Nº 1.608.778 - SP (2016/0163580-0)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
RECORRENTE : FAZENDA NACIONAL
RECORRIDO : AUTO FOSSA SOROCABA S/C LTDA
ADVOGADO : PEDRO LOPES DA ROSA - SP110685
INTERES. : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial, interposto pela FAZENDA NACIONAL, mediante o qual se impugna acórdão, proferido do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, assim ementado:

"PROCESSO CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECISÃO QUE NÃO RECEBEU RECURSO DE APELAÇÃO. IMPUGNAÇÃO DE CONTA REFERENTE A HONORÁRIOS. CERCEAMENTO DE DEFESA. INEXISTÊNCIA.

I. Tratando-se de decisão relativa a impugnação de conta referente à honorários advocatícios, o recurso cabível é o agravo de instrumento e não a apelação.

II. Não há que se falar em cerceamento de defesa, uma vez que a execução deve prosseguir nos termos do art. 730 e seguintes do Código de Processo Civil.

III. Recurso a que se nega provimento" (fl. 99e).

Embargos de Declaração rejeitados (fls. 107/112e).

Alega-se, nas razões do Recurso Especial, manejo com apoio na alínea a do permissivo constitucional, ofensa aos arts. 520, III, 535, II, e 604 do CPC/73.

Sustenta, a parte recorrente, em síntese, o seguinte:

"De fato, os vv. acórdãos merecem reforma por terem negado vigência aos art. 520, III, (antes da sua revogação pela Lei 11.232/05) e 604 (com redação conferida pela Lei 8.898/94) do CPC.

Tal dispositivo previa o cabimento de apelação contra sentença que julgar a liquidação de sentença:

(...)

Assim, evidente, a correção do recurso interposto, devendo ser

reformada a decisão agravada de não admissão do apelo interposto. Nesse sentido, ademais, posicionou-se essa Colenda Corte Superior, segundo a qual, é cabível apelação da sentença que homologa cálculos de liquidação, admitindo-se, em face do princípio da fungibilidade recursal, a interposição de agravo de instrumento. Confira-se:

(...)

Portanto, mesmo que o Tribunal entendesse como cabível o agravo de instrumento seria o caso de dar provimento ao recurso para determinar o recebimento do apelo pelo princípio da fungibilidade. Ademais, incabível a alegação de que a decisão apelada não era sentença de homologação de liquidação já que consta, da própria decisão agravada - fls. 31, que restou 'decidido que os cálculos estavam corretos', ou seja, houve homologação da liquidação" (fls. 119/120e).

Aduz-se, ainda, que o acórdão recorrido padeceria de omissão, porque "não houve efetiva análise do art. 520, III, do CPC ao presente caso, sequer para afastá-lo, assim como, não foi considerada a interpretação dada ao referido dispositivo por esse E. STJ, assim como, do art. 604 do CPC - com redação conferida pela Lei 8.898/94" (fl. 117e).

Requer-se, por fim, "a admissão do presente Recurso Especial e, após seu processamento regular, o provimento da pretensão recursal perante o Colendo Superior Tribunal de Justiça, de modo tenha conhecimento e provimento, para, acolhendo-se a preliminar, seja decretada a nulidade suscitada, para que a matéria aduzida nos Embargos seja devida e realmente apreciada, ou pelo mérito, com a reforma dos vv. Acórdãos recorridos, no sentido de ser reconhecida a violação dos artigos 520, III, (antes da sua revogação pela Lei 11.232/05) e 604 (com redação conferida pela Lei 8.898/94) do CPC para dar provimento ao agravo de instrumento" (fl. 121e).

Sem contrarrazões.

Recurso Especial admitido (fls. 141/142e).

O presente recurso não merece prosperar.

Não há de se cogitar de omissão, no acórdão recorrido.

Ao não conhecer da Apelação, assim se manifestou, expressa e suficientemente, o Tribunal de origem:

"Constato não se tratar de homologação de conta de liquidação, mas sim, de decisão que deixou de rejeitar a impugnação da conta.

Superior Tribunal de Justiça

Cuida-se, portanto, de decisão interlocutória, passível de impugnação via agravo de instrumento, a teor do art. 522, *caput*, do Código de Processo Civil" (fl. 97e).

Nos termos em que lançado o **decisum** impugnado, sua eventual revisão demandaria incursão nos fatos e nas circunstâncias da causa, providência vedada pela Súmula 7/STJ.

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I e II, do RISTJ, conheço em parte do Recurso Especial e, nessa parte, **nego-lhe provimento**.

Sem honorários recursais. Decisão interlocutória.

I.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSULETE MAGALHÃES
Relatora